

Autos n. 16388-09.2011.811.0002 Id. 273566

Vistos etc...

Trata-se de Processo Administrativo instaurado com a finalidade de apurar a responsabilidade da tabeliã substituta do Cartório de Registro Civil e Notas de Nossa Senhora do Livramento-MT, Sra. Laudiane Helaine Herani Wendpap na confecção das certidões pp. 19 (08.03.10); 21(11.03.2010) e 23 (25.03.2010) as quais informavam a inexistência do livro e da Escritura Pública de Venda e Compra de Direitos Possessórios lavrada aos 05.02.1995 no Livro – 41B pp. 24/25v, conforme cópias juntadas pp. 34/ 37.

A requerida apresentou defesa, pp. 296 e ss., alegando que foi ilegalmente instaurado o PAD, e que reconhece que as irregularidades se existentes no máximo ensejariam suspensão por alguns dias e que a prova pericial apresentada é nula.

Os autos foram instruídos com os documentos de pp. 04/748. Audiências realizadas pp. 119; 121/126; 247; 625/627 e 657. Manifestação do MPE pp. 113/114; 138/143; 452/452v e 726/734.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Compulsando detidamente os autos, nota-se que a partir da vacância da titularidade da Serventia do Cartório de Registro Civil e Notas de Nossa Senhora do Livramento ocorrida aos 04.03.1985 não houve nomeação de Tabelião titular pelo Estado de Mato Grosso para responder pela serventia, que atualmente se encontra sob intervenção judicial, diante do afastamento da Sra. Laudiane Helaine Herani Wendpap.

Como se observa pelos documentos carreados aos autos a partir da vacância ocorrida aos 04 de março de 1985, houve várias designações “precárias” as quais ocorreram a partir de 02.04.1985 por atos dos Juízes Corregedores.

Esses atos se iniciam pelo Sr. **EDSON BOTELHO DO PRADO** designado para exercer a função de Escrivão da Paz “ad hoc” cumulado com as funções de Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Tabelião conforme **Portaria nº. 23/85** e termo de compromisso assinado aos **02.04.1985**, p. 739, seguida das seguintes designações: **LISTEL MONTEIRO DA SILVA NETO**, conforme termo de compromisso assinado aos **07.05.1985** p.740 e **Portaria nº 25/85** foi nomeado para exercer a função de Escrivão da Paz “ad hoc” cumulado com as funções de Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Tabelião.

Em seguida, a pedido do Sr. LISTEL MONTEIRO DA SILVA NETO, tabelião designado “ad hoc”, por intermédio da **Portaria nº. 149/1987** designou-se para o cargo de tabeliã substituta a Sra. **YANA ROSA DE ARRUDA MONTEIRO** com efeitos a partir **01.09.1987**, e, posteriormente foi revogada, Portaria nº. 194/2001 com efeitos retroativos aos 08.05.2001. Já, na data de 07.05.2001 diante da saída da Sra. Yana Rosa de Arruda Monteiro, por intermédio da **Portaria nº. 155/2001** se designou para exercer o cargo de Tabelião do Cartório de Registro Civil de Nossa Senhora do Livramento o Sr. **GENEROSO CIRÍACO MACIEL FILHO** a partir de **08.05.2001**.

Ocorre que em **17 de julho de 2007**, diante do pedido de desistência da designação do Sr. Generoso Ciríaco Maciel Filho, designou-se a Sra. **LAUDIANGE HELAINE HERANI WENDPAP** para responder pela serventia em caráter precário e provisório até provimento por concurso público, conforme **Portaria nº. 299-2007-DRH**.

Desse modo , ao contrário do que se grafou no feito desde o seu início, inclusive gerando a decisão de p. 635, com aplicação do disposto no art. 36, da Lei 8.935/94, a requerida não é Titular serviço registral, mas foi nomeada precariamente e em confiança da Diretoria do Foro desta Comarca.

Nesse sentido, para a revogação dessa precária atribuição, bastaria o provimento da serventia por concurso público ou posterior ato desta administração caso não atendidos os requisitos exigidos para a continuidade do múnus, atribuído em confiança.

Anoto que assim, o feito permite apreciação antecipada, já que não há que se falar em dilação probatória, pois evidente que nenhuma das penas cabíveis em tese ao fato (suspensão e perda) poderia ser aplicada à requerida que não é, e nunca foi, conforme certificado nos autos, pp. 736 e ss., detentora de delegação como titular do serviço registral, e nem mesmo era substituta legal do titular.

Nesse sentido, confira-se a Res. 80, do CNJ: “Art. 3º Fica preservada a situação dos atuais responsáveis pelas unidades declaradas vagas nesta resolução, que permanecerão respondendo pelas unidades dos serviços vagos, precária e interinamente, e sempre em confiança do Poder Público delegante, até a assunção da respectiva unidade pelo novo delegado, que tenha sido aprovado no concurso público de provas e títulos, promovido na forma da disposição constitucional que rege a matéria.”

A própria resolução menciona que para os nomeados interinamente, e que não tenham a titularidade garantida pelas regras constitucionais ou decisão judicial, a alteração da designação se dá por ato motivado da administração, notadamente por o caráter precário da atuação exigir sempre a confiança do poder delegante no agente.

Acontece, porém que diante da notícia de inúmeras irregularidades (falsificação de documento público) ocorridas no Cartório de Registro Civil e Notas de Nossa Senhora do Livramento, mais precisamente no período Julho/2007 a julho/2012 **foram autuados e se encontram em trâmite nesta Diretoria do Foro**

atualmente 36 feitos, p. 748, em que a Sra. **LAUDIANGE HELAINE HERANI WENDPAP** é requerida.

A gravidade das notícias trazidas até a então Juíza Corregedora Dra. Antônia Siqueira pelos diversos meios, não deu a magistrada outra opção senão suspender preventivamente a tabeliã designada Sra. **LAUDIANGE HELAINE HERANI WENDPAP** e seu irmão Sr. **LAUDIO JOSÉ WENDPAP JÚNIOR** até conclusão final deste feito, designando como interventor inicialmente, na data de **30.07.2012** o Sr. **ALÍPIO LUIZ RIBEIRO DE ANDRADE FILHO** conforme portaria nº. **15/2012-DF/CA**, pp. 144/152, e posteriormente diante de sua desistência o Sr. **RODOLFO DUTRA HAUBERT** a partir do dia **02.08.2012** conforme Portaria nº. **16/2012-DF/CA**, pp. 174/178.

E, finalmente conforme **Portaria nº. 20/2012-DF/CA**, pp. 286/289 na data de **03.09.2012** o interventor Rodolfo Dutra Haubert foi substituído pela interventora Sra. **FABÍOLA JOSSELY DA SILVA ASSUNÇÃO ALMEIDA** que se encontra responsável pela Serventia até a presente data, tudo conforme decisões proferidas neste Processo Administrativo nº. 16388-09.2011.811.0002 - Id. 273566 (PAD).

O objeto do presente feito é apurar a responsabilidade da tabeliã substituta que mesmo depois de expedir um segundo traslado (03.08.2009) da Escritura Pública de Venda e Compra de Direitos Possessórios lavrada aos 05.02.1995 no Livro – 41B pp. 24/25v “desconhecia a existência do LIVRO 41-B”, chegando a informar a inexistência do livro e da escritura nele lavrada (certidões p. 19, 08.03.10; p.21, 11.03.2010 e p. 23, 25.03.2010).

Estranhamente, dois meses depois de informar a INEXISTENCIA DO LIVRO E DOCUMENTO, ou seja, aos 18.05.2010 encaminhou cópia da citada escritura, p. 25, à Imobiliária Independência, ato repetido no dia 02.08.2010, p. 31.

Mais inverossímil ainda é o fato de que no roubo supostamente ocorrido na serventia aos 16.08.2011 os livros E-41-B e 42 e seus respectivos arquivos de conhecimento foram levados, e, coincidência ou não, nesses livros se encontram registrados a maioria dos atos objetos dos procedimentos em trâmite em desfavor da tabeliã.

Cabe ressaltar que o roubo ocorreu logo após a instauração da maioria dos feitos, p. 52/54, e este juízo custa crer que os ladrões teriam interesse não só apenas e exatamente nos livros aqui discutidos, como também em seus arquivos de conhecimento.

Analisando detidamente os documentos presentes nos autos, instaurados em desfavor da tabeliã Sra. **LAUDIANGE HELAINE HERANI WENDPAP** nomeada em caráter precário, temporário e provisório para responder pelo Cartório de Registro Civil e Notas do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT., até provimento do cargo por meio de concurso público, conforme previsão legal, **tenho convicção não ser mais a pessoa de confiança deste juízo para gerir a serventia**, pois, além de ter infringido seus deveres legais, incorreu na prática de infração administrativa descrita no art. 31, I, II e V, c.c. art. 30, I, V, XIV, todos da Lei nº 8.935/94.

Senão vejamos.

Art. 31. São infrações disciplinares que sujeitam os notários e os oficiais de registro às penalidades previstas nesta lei:

I - a inobservância das prescrições legais ou normativas;

II - a conduta atentatória às instituições notariais e de registro;

V - o descumprimento de quaisquer dos deveres descritos no art. 30.

Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:

I - manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros;

V - proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada;

XIV - observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente.

Essas atitudes não são compatíveis com o serviço delegado, sendo necessária, desta forma, a revogação da Portaria nº. 299/2007/DRH e a nomeação de substituto para responder pela Serventia até provimento por concurso Público, uma vez que não cabe a manutenção da suspensão e sim revogação da portaria de nomeação, uma vez que esta ocorreu em caráter precário, temporário e provisório, e a sua manutenção está diretamente ligada a permanência da confiança do Juízo Corregedor, conforme já se justificou, não se tratando aqui de feito tendente à pena aplicável apenas a titular de delegação estatal.

Por fim, cabe esclarecer, ao contrário do que se colocou quanto ao direito de defesa da requerida e sua amplitude, que a oitiva de testemunhas é absolutamente desnecessária, já que ofertada defesa e suficientes os documentos trazidos ao feito para que este juízo conheça da conveniência e oportunidade da

manutenção da requerida na função precária que exercia, e que, diga-se novamente, para sua revogação não exige as mesmas formalidades do processo de perda de delegação, embora tomadas neste feito até o momento.

A Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça relativas ao Foro Extrajudicial – CNGCE estabelece em seu item 2.7.1, dentre outros, que no caso de morte, perda da delegação (...), competirá ao Juiz Diretor do Foro baixar Portaria declarando vaga a Serventia e designar substituto, preferencialmente do próprio tabelionato “o mais antigo”.

***2.7.1** – Nos casos de morte, aposentadoria, invalidez, renúncia, perda da delegação, descumprimento comprovado da gratuidade estabelecida na Lei 9.534/97, do Oficial Titular da Serventia, competirá ao Juiz Diretor do Foro, onde está localizada a Serventia:*

a) baixar Portaria declarando vaga a Serventia, designando substituto mais antigo (Lei 8.935/94, artigo 39, § 2.º) para responder pela serventia até que seja provida por concurso público;

b) comunicar ao Desembargador Presidente do egrégio Conselho da Magistratura para abertura de concurso.

No entanto, em decisão fundamentada proferida anteriormente nestes autos a Tabeliã nomeada Sra. **LAUDIANGE HELAINE HERANI WENDPAP** e seu irmão Sr. **LAUDIO JOSÉ WENDPAP JÚNIOR**, oficial escrevente, foram afastados e assim permanecem. Cabendo em analogia a aplicação da norma contida no item 2.7.1.1, no presente caso.

***2.7.1.1** – Caso não haja substituto do Oficial Titular, deverá o Diretor do Foro comunicar o fato, incontinenti, à Corregedoria-Geral da Justiça, apontando as alternativas que julgue mais viáveis (Lei 8.935/94, artigo 44, § 2.º), para restabelecer a normalidade dos serviços, ainda que precariamente.*

O afastamento da tabeliã, **nomeada em caráter precário, temporário e provisório** e de seu irmão se revelou de grande prudência e necessidade, uma vez que os servidores incorreram em diversas infrações, sendo descabida as suas nomeações, cabendo se corrigir aqui que o Sr. **LAUDIO JOSÉ WENDPAP JÚNIOR** não foi indicado como substituto responsável, tendo à época apenas vínculo celetista com a serventia.

A revogação imediata da Portaria nº. 299/2007/DRH atende a recomendação do CNJ que, conforme Resolução nº 80/2009, cristaliza que o oficial **designado deverá ser de confiança, (... e sempre em confiança do Poder Público** delegante, até a assunção da respectiva unidade pelo novo delegado, que tenha sido aprovado no concurso público de provas e títulos,...).

Partindo dessa premissa, é necessária a regularização da titularidade da serventia e revogação da Portaria nº. 299/2007-DRH e nomeação de um tabelião substituto da confiança do Juízo Corregedor para responder pelo Serviço Notarial e Registral do Distrito de Nossa Senhora do Livramento, tendo em vista que a serventia se encontra vaga desde 04 de março de 1985.

Cabe ressaltar que a serventia está *sob intervenção judicial* desde **30.07.2012** ocasião em que se nomeou o primeiro interventor, Sr. **ALÍPIO LUIZ RIBEIRO DE ANDRADE FILHO** conforme portaria nº. **15/2012-DF/CA**, pp. 144/152 e a atual interventora Sra. **FABÍOLA JOSSELY DA SILVA ASSUNÇÃO ALMEIDA** nomeada por força da **Portaria nº. 20/2012-DF/CA**, pp. 286/289 que passou a responder pela Serventia a partir da data de **03.09.2012 até a presente data.**

A suspensão da tabeliã substituta apesar de ser reconhecida como necessária em outros procedimentos, como por exemplo, na decisão proferida no Processo Administrativo Disciplinar nº 291199 em que a magistrada aplicou a suspensão “..., determino, ad cautelam, a suspensão da serventuária, Sra. Laudiane Helaine Herani Wendpap, até decisão final, assinalando que os efeitos práticos dessa medida (...), se mostram prejudicadas no momento, em face de anterior suspensão, determinada e cumprida (...) nos autos do Processo Administrativo Disciplinar 16388-09.2011.811.0002 (Id. 273566)...”, não tem efeito prático, já que a serventuária não possui vínculo perene com o serviço registral, podendo ser retirada a juízo da administração pública, por ato fundamentado.

De qualquer forma, imprescindível a revogação das Portarias nº. 299/2007 e Nº. 20/2012-DF/CA e expedição de portaria indicando um tabelião substituto para responder pela Serventia, até provimento por concurso público na forma da lei.

E, nada mais justo que designar a atual interventora Sra. **FABÍOLA JOSSELY DA SILVA ASSUNÇÃO ALMEIDA** para continuar a desenvolver as atividades em caráter precário, temporário e provisório, como tabeliã substituta do Serviço Notarial e Registral do Município de Nossa Senhora do Livramento –MT, a partir da data da publicação da sentença, uma vez que inexistem razões para ser destituída da função.

Feitas essas considerações:

1. Ratifico a declaração de vaga da serventia extrajudicial do Serviço Notarial e Registral do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT;

2. REVOGO a partir da publicação desta decisão a Portaria nº. 299/2007-DRH que nomeou a Sra. **LAUDIANGE HELAINE HERANI WENDPAP** para responder pela serventia de Nossa Senhora do Livramento em caráter precário e provisório;

3. REVOGO, a partir da data de publicação da presente decisão, a Portaria nº. 20/2012-DF/CA;

4. DESIGNO a Sr^a. **FABÍOLA JOSSELY DA SILVA ASSUNÇÃO ALMEIDA**, brasileira, solteira, Bacharel em Direito, residente e domiciliada na Av. Júlio Campos, s/nº, centro, Nossa Senhora do Livramento-MT, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 1327010-SSP/MT, inscrita no CPF sob nº 986.789.061-20, em **caráter precário, temporário e provisório, TABELIÃ SUBSTITUTA**, para responder pela serventia a partir da data de publicação da presente decisão, até que seja provida por concurso público ou ato de substituição deste juízo corregedor.

Baixem-se as competentes Portarias.

Providencie-se a restituição de bens comprovadamente adquiridos e instalados pela removida do encargo na serventia.

Razão assiste ao MPE quando reconhece inadequada a via eleita pelo Sr. **LAUDIO JOSÉ WENDPAP JÚNIOR** para solucionar questões trabalhistas, diante do que nego conhecimento ao pedido.

Comunique-se ao Desembargador Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura, para abertura de concurso (item 2.7.1, alínea "b", CNGCE).

Dê-se ciência à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso e ao Relator do Mandado de Segurança n. 11409.

Após, o transitio em julgado, certifique-se em todos os procedimentos administrativos instaurados em desfavor de **LAUDIANGE HELAINE HERANI WENDPAP** que tramitam perante a Diretoria do Foro desta Comarca.

P.R.I., archive-se com as cautelas de praxe.

Várzea Grande, 21 de junho de 2013.

Juiz **OTÁVIO PEIXOTO**
Diretor do Foro